



## A MEMÓRIA COLONIAL DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO BRASIL<sup>1</sup>

Maria Virginia Borges Amaral<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste texto discute-se sobre a condição do trabalho na agroindústria canavieira, tomando-se como ponto de partida o movimento contraditório que sustenta a sociedade brasileira sob o domínio do capital desde a época do regime colonial. Problematizam-se as estratégias capitalistas para perpetuar a exploração do trabalho, preservar e elevar a produção da cana-de-açúcar.

**Palavras-chave:** Trabalho – Regime Colonial – Regime Capitalista – Agroindústria Canavieira

### ABSTRACT

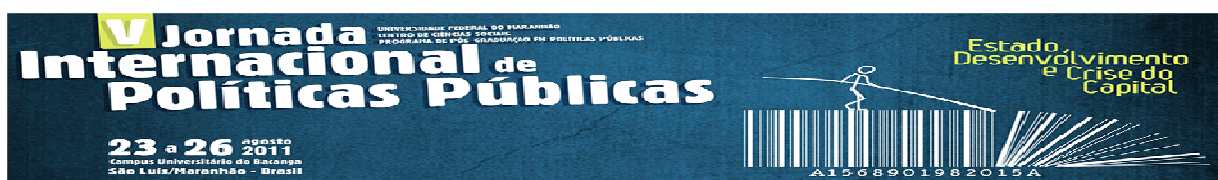
This text discusses the work conditions in the sugar cane agroindustry, taking as a starting point the contradictory movement that supports the Brazilian society under the domain of the capital since the time of the colonial regimen. It problematizes the capitalist strategies to perpetuate the exploration of the work, to preserve and to raise the production of the sugar cane.

**Keywords:** Work - Colonial Regimen – Capitalist Regimen - Sugar cane agroindustry

---

<sup>1</sup> Essa é uma parte do estudo que foi realizado com o apoio do CNPq por meio de auxílio a pesquisa e da bolsa de produtividade do pesquisador. Participaram do trabalho de investigação, no período de 2008 a 2010, as estudantes de Serviço Social, a quem agradecemos: Marília Gabriele dos Santos – Aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado); Larissa Thayse da Rocha Santos – Bolsista de Iniciação Científica do CNPq; Nathalia Santos V. Cardoso - Bolsista de Iniciação Científica do CNPq; Iraci Araujo Cavalcante – Colaboradora de Iniciação Científica; Rafhaelle Alves de Lima – Bolsista de Iniciação Científica; Tauana Samara da Silva Santos – Estudante de Graduação em Serviço Social; Livia da Silva Ramos – Estudante de Graduação em Serviço Social; Edjarlane Santos da Costa – Estudante de Graduação em Serviço Social. [Maria Daniela do Carmo Silva Freitas](#) – Estudante de Graduação em Serviço Social.

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). [mvmirginia39@gmail.com](mailto:mvmirginia39@gmail.com)



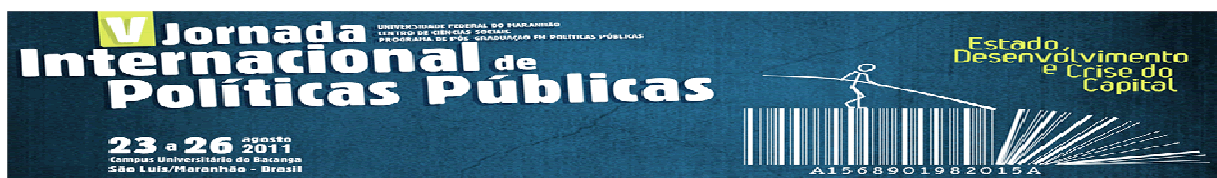
## INTRODUÇÃO

As relações de classe, constitutivas de uma sociedade capitalista, caracterizam-se pelo afrontamento de posições ideológicas e políticas que não dizem respeito à maneira de ser dos indivíduos, mas se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismos, de aliança ou de dominação (PÊCHEUX, 1993). Essas relações são conflituosas e estão sempre à mercê da ideologia dominante, simulando evidências de coerência de objetivos de ambas as classes. A ideologia atua nessa contradição: ao mesmo tempo em que simula unicidade, produz mecanismos para a conservação das diferenças entre trabalhador e capitalista (AMARAL, 2001)<sup>3</sup>.

Neste artigo reflete-se sobre esse movimento contraditório que sustenta a sociedade do capital, especificando-se as bases originárias do capitalismo brasileiro e as transformações na agroindústria canavieira. A cana-de-açúcar é um dos principais produtos que mobilizam a economia brasileira no mercado interno e no exterior, de forma que essa situação favorável da indústria sucroenergética a inclui nos setores responsáveis pelo aumento das taxas de emprego e pelo aumento da riqueza; mas, também, a torna responsável pela intensificação da exploração do trabalho, ocasionando grandes dificuldades na vida do trabalhador e obrigando o capitalismo a gerar mais estratégias para dirimir conflitos. As condições para o trabalho nesse campo são provenientes de uma natureza escravocrata resistente aos avanços da ciência, da tecnologia e às promessas de garantia dos direitos decorrentes das revoluções que consolidaram o capitalismo no mundo.

O complexo da agroindústria canavieira é um sítio de significância onde se produzem práticas discursivas reprodutoras de antagonismos sob o simulacro da unificação das classes. É para esse espaço produtivo e contraditório que o Serviço Social é, também, requisitado para levar seus profissionais à execução de projetos sociais que favoreçam as condições de trabalho, as *objetivas*, constituídas pelos meios de produção, e as condições *subjetivas*, constituídas pela *capacidade de trabalho*, ou *força de trabalho*, pelo próprio trabalhador, cujas necessidades vitais precisam ser atendidas e refeitas para permanecer na produção. (MARX, 2004, p.44). Embora o Serviço Social não seja o foco

<sup>3</sup> Sobre a ideologia e sua função no processo de simulação de evidências na sociedade capitalista, podem ser conferidos outros artigos desta autora (2005, 2007, 2010).



desse texto, procura-se contribuir com essa profissão participando do debate sobre o *processo de trabalho no seu conjunto*, especificamente o trabalho na indústria sucroenergética, constituído pela interação viva dos seus elementos objetivos e subjetivos.

## 1. BASES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA CANAVIEIRA DO BRASIL

Buscar na realidade da agroindústria canavieira do Brasil de hoje o passado colonial desse país pareceria uma atitude intelectual retrógrada se não se tivesse a certeza de que o capitalismo, como organização societária produtora e reprodutora do capital, é marcado por uma forma de violência estrutural<sup>4</sup>. No contexto social do século XXI, a degradação do trabalho é a maior forma dessa violência estrutural, responsável pelas precárias condições de vida dos trabalhadores. Em um país que carrega geneticamente as marcas da colonização como o Brasil, pode-se entender porque o projeto de modernidade parece ter sido atravancado pelas inconsistências econômicas, políticas e sociais dessa sociedade.

Mas essa realidade pode ser compreendida quando se revê as bases para a consolidação do regime capitalista brasileiro. Definidas, historicamente, entre os anos de 1500 e 1800, na transição do regime colonial para o republicano<sup>5</sup> as bases do capitalismo brasileiro fortaleceram a sua dependência ao invés de libertá-lo como se apregoou na fase transitória para a República do Brasil:

Alcançada assim a vitória, banido para sempre do seio da América um regime antagônico com sua hegemonia, com sua aspiração de liberdade, com as tendências das civilizações que se formavam e desenvolviam após a grande revolução que definiu os dogmas dos direitos dos homens, cumpre-nos voltar vistas solícitas e patrióticas para a conquista realizada, para a obra que, embora finda, há de ir recebendo com o tempo, com a observação dos fatos, com o conhecimento exato das circunstâncias e das necessidades reais do país, com o aperfeiçoamento da educação popular e política das classes e dos partidos, com as expansões que forem tendo as nossas riquezas, as nossas indústrias, os retoques e reformas indispensáveis a sua consolidação.

<sup>4</sup> Silva et al. (2010) apontam como manifestações singulares da violência estrutural a criminalidade, a violência nos espaços domésticos, as agressões pessoais, entre outras.

<sup>5</sup> A chamada República Burguesa vai de 1889 a 1930, com a Revolução Burguesa quando se dá a consolidação do regime capitalista no Brasil (FERNANDES, 1987).



Até ontem a nossa missão era fundar a república, hoje o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conservá-la e engrandecê-la. (DEODORO DA FONSECA, 1890).<sup>6</sup>

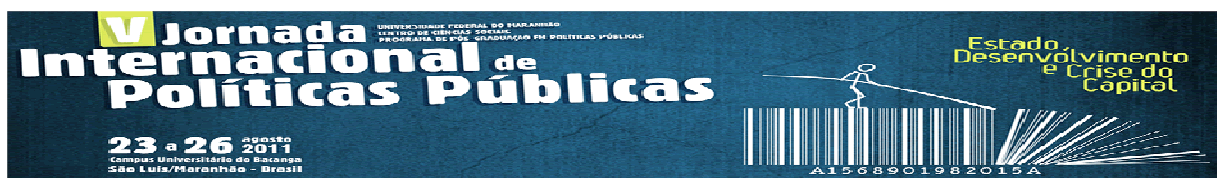
O Brasil do qual falava Deodoro da Fonseca cantava a vitória da república e aspirava responder às reais necessidades da população, aperfeiçoando “a educação popular e política das classes e dos partidos”, com a expansão das riquezas do país, das indústrias, com os ajustes imprescindíveis para a consolidação do novo regime. Tudo parece ter sido ressignificado, e as condições estruturantes desse país para desenvolver suas potências capitalistas ocorrem sem perder traços do regime colonial.

O capitalismo, cuja vitória encantava os republicanos brasileiros, vigoraria nesse país, assim como no mundo, sobre a ascensão da exploração do trabalho alheio. A inserção dessa forma de produção no Brasil deu-se via regime colonial escravocrata com particularidades que o distingue do regime colonial clássico. Embora a propriedade colonial seja distinta da capitalista pela forma como se apropriam do trabalho (MARX, 1988), no Brasil a primeira serviu de base para incrementar o poder da segunda. As colônias se firmavam em terras estranhas com dois propósitos nem sempre antagônicos. Um – o regime colonial clássico – levava os trabalhadores a procurarem novas terras para reproduzir suas vidas, produzindo o próprio sustento e o da sua família; é o caso de algumas regiões da América do Norte que deram origem aos Estados Unidos da América. O outro – o regime colonial escravocrata – levava os homens a explorarem novas terras para enriquecer e servir ao capitalismo estrangeiro; é o caso brasileiro que se apoiava no discurso simulador de interesses coletivos e se apropriava do trabalho de outrem, como o faz o capitalismo consolidado.

Assim, com uma economia constituída nos marcos do capitalismo europeu<sup>7</sup>, o Brasil estruturou-se alicerçado na grande propriedade rural de natureza escravocrata. Respondeu ao projeto de expansão, riqueza e poder da monarquia absolutista europeia que saía da idade do feudo para entrar na era da modernidade. A escravidão legal, de

<sup>6</sup> A mensagem acima foi dirigida ao Congresso Nacional pelo então chefe do Governo Provisório do Brasil República General Manoel Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1890, no Rio de Janeiro. Esse texto de Deodoro da Fonseca foi resgatado para este estudo, não para ser analisado nas modalidades de análise de um discurso, mas para ser lembrado no lugar que ocupa historicamente, produzindo sentido no domínio da memória discursiva do Brasil da atualidade.

<sup>7</sup> No mundo capitalista que se consolidou na Europa a partir do século XVII, passaram a valer as concepções de direito e de propriedade privada que permitiam a concentração do capital e instalavam definitivamente a forma de produção capitalista.



índios seguida da de negros, foi o regime de trabalho deste país durante séculos (XVI, XVII, XVIII, XIX)<sup>8</sup>, mesmo contrariando a argumentação dos apologistas da época que a criticavam, menos pelo seu explícito caráter desumano, mais pelo seu alto custo. O elevado preço dos escravos negros se devia, sobretudo, a

[...] grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte [média de 50%] dos cativos alcançavam seu destino. (PRADO JUNIOR, 1987, p. 37).

O tempo parece retroceder a realidade dos trabalhadores do setor canavieiro de hoje. Eles também são vendidos, são deportados de seu Estado, são separados de suas famílias, ficam doentes, morrem de exaustão no trabalho forçado<sup>9</sup>. A apropriação de extensas e numerosas áreas pelo capital requer para cultivo um grande número de trabalhadores, cujo custo é ainda mais baixo do que as sofisticadas máquinas agrícolas que potencializam uma ação específica do capitalismo industrial nos domínios da agricultura<sup>10</sup>.

O Brasil vivenciou desde o início de sua história de “terra civilizada” esse processo de expropriação dos trabalhadores para servir ao capital. Nessas condições sociais e econômicas, jamais o trabalhador poderia ser proprietário dos seus meios de produção, nem poderia trabalhar para o seu próprio sustento e o de sua família. Isso seria impossível porque faltaria para a realização da organização capitalista a *classe dos assalariados*; “a expropriação da massa do povo, que fica assim sem terra, forma a base do modo capitalista de produção” (MARX, 1988, p. 887). É evidente que desde os tempos da Colônia, não interessa ao produtor da cana (e do fumo, que na época gerou muito

<sup>8</sup> Os índios foram os primeiros povos a sofrerem com a escravidão no Brasil. Em 1570 a metrópole portuguesa, através de *carta régia*, procurou legislar a respeito do direito dos colonos escravizar índios aprisionados por « guerra justa » - « aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimentos com eles ». (PRADO JUNIOR, 1987, p. 35) Os índios foram aos poucos sendo substituídos pelos negros. Os portugueses traficavam com negro escravos adquiridos nas costas da África e levados ao Reino europeu onde faziam serviços domésticos, trabalhos pesados e agrícolas. O processo de substituição do índio pelo negro durará até o final da era colonial. (IDEM, IBDEM). O regime escravocrata foi legalmente dado como findo em 1888.

<sup>9</sup> Em 2009, 1.911 trabalhadores escravos foram libertados no setor da cana nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro. [www.reporterbrasil.org.com](http://www.reporterbrasil.org.com), acesso em Jan.2011.

<sup>10</sup> Evidentemente as máquinas, com o avanço da ciência e da tecnologia, trazem benefícios para o proprietário, podem gerar mais lucro, mas em compensação como diz Marx (1988, p. 513), «quase todos [representantes de algum porte da economia política] deploram a escravatura do trabalhador de fábrica. E qual é o argumento mais importante que apresentam? Este: a máquina, após os horrores de seu período de introdução e desenvolvimento, aumenta, em sua etapa final, os escravos do trabalho, em vez de diminuí-los.»



lucro) o plantio de gêneros de subsistência alimentar<sup>11</sup>, mesmo pagando mais caro pelos produtos que consumia com a sua importação. Empregavam-se os escravos na lavoura e empobrecia-se o povo, que vivia a escassez alimentar<sup>12</sup>. O problema da alimentação foi se agravando com a intensificação do plantio da cana, que, como nos dias atuais, constitui uma das principais fontes de geração da riqueza do país.

Desse modo, a expropriação das terras e dos trabalhadores no Brasil vai se consumando sistemática e progressivamente. Depois de três séculos (do XVII ao XIX) de subserviência explícita, o Brasil assume a disfarçada liberdade capitalista, preservando características coloniais<sup>13</sup>. A intenção de formar um país livre que aparece no discurso de Deodoro da Fonseca, não se cumpriu.

## 2. TRAÇOS COLONIAIS PERSISTENTES NA MODERNA INDÚSTRIA CANAVIEIRA

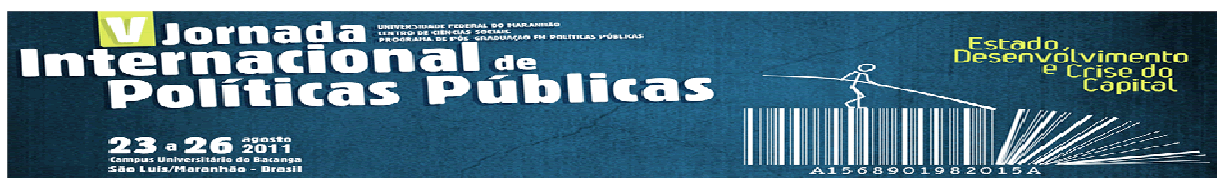
Mais dois séculos (XIX e XX) seriam necessários para o Brasil se firmar como país capitalista industrial. Embora na condição de país em vias de industrialização na segunda metade do século XX a política econômica e social do “milagroso modelo brasileiro”, como refere Prado Junior (1987), não lhe imprimiu nenhum desvio do tradicional modelo colonial. Seus velhos padrões mantiveram-se praticamente intactos. “Encerrado o ciclo dessa situação excepcional [o milagre brasileiro], e invertida a conjuntura, como não poderia deixar de mais dia menos dia acontecer, o Brasil retorna à sua medíocre normalidade amarrada ao passado” (IDEM, p. 356).

Foi no passado, nos tempos dos engenhos, que o Brasil iniciou sua trajetória para hoje decantar sua economia sucroenergética. Dos engenhos para as modernas fábricas de produção da cana tem-se uma longa história. O engenho era

<sup>11</sup> Vê-se hoje no Brasil o montante de terra com plantação de cana. Como diz Prado Junior (1987, p. 38): “A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida de uma pequena parcela da humanidade” (PRADO JUNIOR, 1987, p. 38). Essa “miniatura de mundo” ocupa hoje em Alagoas cerca de 36% de seu território

<sup>12</sup> [...] a população colonial, com exceção apenas das suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de desnutrição. A urbana sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar, que reservará para si as melhores terras disponíveis (PRADO JUNIOR, 1987, P. 43).

<sup>13</sup> Hoje, tanto quanto sempre, o Brasil “entrega” sua produção aos estrangeiros. «Nos próximos cinco anos, 40% da produção brasileira de etanol estará nas mãos de estrangeiros. A projeção foi apresentada ontem pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) no Congresso Mundial do Etanol, que reúne em Genebra as maiores indústrias de biocombustíveis.» A reportagem é de 4 de novembro de 2010, de Jamil Chade CORRESPONDENTE / GENEBRA - O Estado de S. Paulo. ([www.reportebrasil.org.com](http://www.reportebrasil.org.com), acesso em jan. 2011).



um estabelecimento muito complexo, requeria numerosas construções e aparelhos mecânicos: *moenda* (onde a cana é espremida); *caldeira*, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; *casa de purgar*, onde se completa essa purificação. Além de outras, o que todas as propriedades possuem é, em regra, a *casa-grande*, a habitação do senhor; a *senzala* dos escravos; e instalações acessórias ou suntuárias: oficinas, estrebarias, etc. (PRADO JUNIOR, 1987, p. 38)

As semelhanças preservadas e as diferenças entre os engenhos de antigamente e as fábricas de derivados da cana de hoje são visíveis. As indústrias de cana-de-açúcar utilizam moderna tecnologia em todas as etapas de produção:

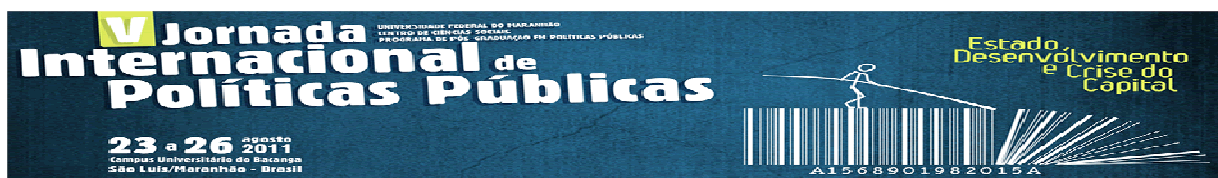
As caldeiras, a geração de vapor, de energia elétrica, as moendas, o tratamento do caldo e o xarope são exemplos de processos automatizados, controlados e gerenciados por um computador. A lavagem de cana é efetuada em um sistema de tratamento de água em circuito fechado. Os processos de transporte, de embalagem e de empacotamento do açúcar são efetuados sem contato manual. O objetivo é assegurar a qualidade dos produtos e a preservação do meio ambiente. (USINA CORURUPE, 2010)<sup>14</sup>

Tanto nos engenhos antigos como nas usinas novas tem-se *caldeira*, *moendas*, *casa de purgar*, hoje local onde se lava a cana em circuito fechado. Os velhos engenhos foram se modernizando em virtude do desenvolvimento científico e tecnológico. O trabalho também foi “modernizado”, disfarçando o trabalho escravo. No complexo da usina são realizados ao mesmo tempo o trabalho da industrial e o trabalho do campo, configurando-se as consequências da revolução ocorrida na agricultura pelo processo de industrialização.

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classes no campo são assim equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas ao mesmo tempo cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição (MARX, 1988, p. 577).

Agricultura e indústria se fundem num “todo poderoso” – o setor sucroenergético – capaz de perpetuar a exploração explícita do trabalho pelo capital. O mais grave nesse processo de exploração advém das sutilezas capitalistas para reproduzir a condição de

<sup>14</sup> Usina Coruripe. [http://www.usinacoruripe.com.br/unidades\\_industriais/](http://www.usinacoruripe.com.br/unidades_industriais/) 2010.



dependência do trabalhador; são atitudes coercitivas que simulam atitudes de coparticipação, liberdade e igualdade entre os sujeitos envolvidos no processo produtivo para criar as condições de produção. De um lado, têm-se os proprietários das usinas, de outro os trabalhadores “que nada têm para vender além da sua força de trabalho”. Os trabalhadores são reeducados, seus valores ressignificados, a sua exploração é silenciada, e, assim, aceitam as exigências do capitalismo como leis naturais. O capitalismo continua quebrando todas as resistências, assim como fazia com o movimento e as revoltas registradas na história do Brasil<sup>15</sup>. Ao produzir a classe dos assalariados mantém a lei da oferta e da procura de trabalho enquanto o salário obedece às necessidades de expansão do capital. Por fim, “a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (MARX, 1988, p. 854). Esse poder coercitivo do capital é revigorado na indústria canavieira de forma muito sutil e dissimulada. Em tempos remotos, um homem denunciado como vagabundo poderia ser tomado como escravo por aquele que o denunciasse, o qual passaria a ser seu dono (MARX, 1988). Nos tempos de hoje um homem se apossa do outro sob o simulacro do trabalho livre assalariado.

## CONCLUSÃO

Para-se aqui, mas intenta-se continuar essas reflexões sobre a perpetuação do regime colonial escravocrata brasileiro na indústria canavieira da modernidade. Recorre-se ao pensamento utópico de Thomas Morus cujas palavras podem expressar com mais veemência os atos destrutivos do capital sobre o trabalho. Vislumbra-se, ao mesmo tempo, a confiança na capacidade humana de transformar o mundo, mesmo que a realidade da indústria canavieira no Brasil contrarie os anseios dos trabalhadores pelo acesso aos meios de produção e reprodução da sua própria vida.

---

<sup>15</sup> Na história de Alagoas registra-se a luta dos escravos para a formação dos quilombos. Foi na serra da Barriga, hoje no município de União dos Palmares, que se formou o quilombo mais famoso, por volta de 1600. Palmares congregou várias aldeias, chegou a agrupar 20.000 pessoas em 27.000km<sup>2</sup>, incluindo índios, mulatos e até mulheres brancas (capturadas em incursões), atraiu também muitos marginalizados. Sua capital, o Mocambo dos Macacos, agrupou aproximadamente 5.000 pessoas, incluindo o Rei do Quilombo, Zumbi dos Palmares. É interessante verificar que a luta dos negros foi vencida pela tática dos senhores, grandes proprietários de terras (O Brasil Colônia. Autores: Carla Peres, Paulo Costa, e Vanessa Verfe. Uruguaiana, RS, novembro de 1999). <http://historia.campus2vilabol.uol.com.br>, acesso: dez. 2010.





Um voraz e insaciável avarento, terrível praga de sua terra natal, trama e consegue apossar-se de milhares de acres, contorna-os e fecha-os com cercas e valados, expulsa os lavradores que os ocupavam, utilizando a fraude e a violência, ou os atormenta de tal modo que os força a lhe venderem tudo. De um modo ou de outro, por bem ou por mal, forçou-os a irem embora, pobres, simples e desventuradas almas! Homens, mulheres, esposos, esposas, órfãos, viúvas, mães chorosas com crianças de peito, famílias inteiras, pobres, mas numerosas, pois a lavoura exigia muitos braços. Carregando seus haveres, afastam-se lenta e penosamente dos lugares conhecidos e amados e não encontram adiante onde repousar. A venda de todos os seus pertences, embora de pouco valor, poderia lhes proporcionar certos recursos, noutras circunstâncias; mas, subitamente, lançados ao ar, têm de se desfazer deles a preço irrisório. E quando vagueiam depois de consumir o último ceitil, que poderão fazer além de roubar (e então, meu Deus, serem enforcados com todas as formalidades jurídicas) ou pedir esmolas? E se mendigarem serão lançados aos cárceres como vagabundos, por estarem perambulando sem trabalhar; eles a quem ninguém quer dar trabalho por mais que implorem (THOMAS MORUS, apud MARX, 1988, p.853)<sup>16</sup>.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M. Virgínia Borges. O fetiche de felicidade no discurso da qualidade de vida no trabalho. In: *Temporalis*. ABEPSS, Brasília: Gragline, 2001. p 99 – 110

\_\_\_\_\_. **Discurso e Relações de Trabalho**. Maceió: Edufal, 2005.

\_\_\_\_\_. **O avesso do discurso: análise de práticas discursivas nas relações de trabalho**. Maceió: Edufal. 2007.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na Indústria Canavieira de Alagoas: Pontos para o debate. In: COSTA, Gilmaisa M. et al. (Orgs). **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2010, p. 147- 166.

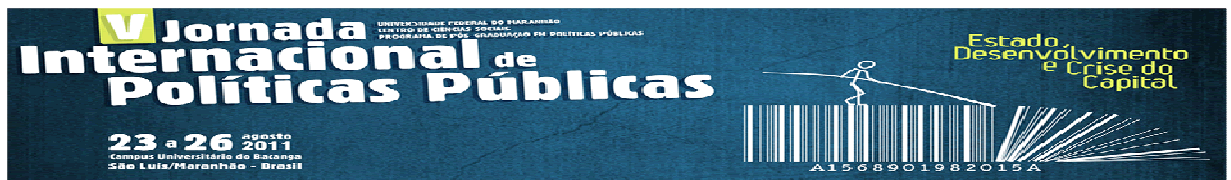
FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONSECA, Manoel Deodoro, Mensagem dirigida ao Congresso Nacional, em 15 de novembro de 1890, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em <http://brazil.crl.edu>. Acesso em Jan. 2011

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, vol. I, 12<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Pércles Cunha. In: F. Gadet; T. Hak (orgs.).

<sup>16</sup> O livro «Utopia» de Thomas Morus data de 1516. Uma das versões em português está publicada pela Editora Martin Claret, Coleção obra-prima de cada autor. O texto citado, com tradução de Pietro Nassetti, pode ser encontrado na edição de 2002, p. 30.



**Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.**  
Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, José Fernando Siqueira da & SILVA, Maria Izabel. Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência. In: **O avesso do trabalho II: precarização e saúde do trabalhador.** SANT'ANA, Raquel Santos (org.) et al. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 109 – 136.